



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)

Secretaria Executiva

## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 107ª reunião, realizada em 20 de junho de 2017

1 Em 20 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de  
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,  
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e  
6 Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas  
7 Dias Coelho. Representantes do poder público estadual: Ivânia Moraes Soares,  
8 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Amarildo José  
9 Brumano Kalil, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
10 (Seapa); Euler Darlan Neves, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
11 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Fernando Silva de  
12 Paula, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e  
13 Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Marcela Lencine  
14 Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Juliana Silva de Oliveira, da  
15 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Pedro de Freitas Moreira, da Secretaria  
16 de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano José Alvarenga, do  
17 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do poder  
18 público municipal: Mário de Lacerda Werneck Neto e Thaís Mol Vinhal, da  
19 Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Eric Alves Machado, da Prefeitura  
20 Municipal de Contagem; Jaqueline Flaviana de Santana, da Prefeitura Municipal  
21 de Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São  
22 Francisco); Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal de São João  
23 do Manteninha (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Leste);  
24 Henrique de Freitas Santana, da Prefeitura Municipal de Viçosa (representantes  
25 dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Antônio Carlos Vidal Barra,  
26 da Prefeitura Municipal de Rio Pomba (representante dos municípios da Bacia  
27 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul); Gabriel Augusto Campos, da Prefeitura  
28 Municipal de Itapeva (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica dos  
29 Rios Grande, Piracicaba e Jaguari). Jaqueline Antério de Moura, da Prefeitura  
30 Municipal de Unaí (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio  
31 Paranaíba). Representantes dos usuários de recursos hídricos: Ana Maria Laque  
32 Marinho, da Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama);  
33 Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig);  
34 Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais  
35 (Copasa); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária  
36 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação  
37 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Irany Maria de Lourdes Braga

38 e João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles  
39 de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);  
40 Jadir Silva Oliveira, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas  
41 Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação Mineira dos Criadores de  
42 Tilápia (Minas Tilápia); Pedro Luís Pereira Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr).  
43 Representantes de associações legalmente constituídas no Estado para  
44 proteção, conservação e melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro,  
45 da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Carlos  
46 Eduardo Silva, da Associação de Proteção Ambiental de Unaí; Maria Teresa  
47 Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de  
48 Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva  
49 atuação em recursos hídricos: José Nelson de Almeida Machado, da Associação  
50 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Leonardo Augusto dos  
51 Santos, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Cíntia Ribeiro  
52 de Freitas, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos Alberto de Freitas,  
53 da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de  
54 universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado  
55 e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou  
56 educação ambiental: Wilson Akira Shimizu, da Universidade Federal de  
57 Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias  
58 (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Leonardo Campos de  
59 Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**  
60 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
61 **ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta a 107ª reunião do  
62 Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e deu boas-vindas aos  
63 conselheiros. Em seguida, devido à necessidade de se ausentar da sessão por  
64 convocação do governo, passou a palavra à presidente suplente Maria de Fátima  
65 Chagas Dias Coelho para a condução dos trabalhos. **3) COMUNICADOS DOS**  
66 **CONSELHEIROS.** Conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas: “Primeiramente, eu  
67 gostaria de agradecer e registrar a satisfação de estar ao lado do secretário  
68 municipal Mário Werneck, que toma assento como conselheiro aqui e do qual eu  
69 sou a sucessora na Comissão Estadual de Meio Ambiente. Eu encaminhei aos  
70 senhores hoje, na parte da manhã, e até peço desculpas em razão da pouca  
71 antecedência, mas são dois assuntos que tomaram uma proporção e uma  
72 relevância que merecem um comunicado. São dois ofícios que merecem atenção  
73 dos senhores, e eu gostaria que, se fosse possível, nós inseríssemos aqui para  
74 que este Conselho pudesse chancelar ou não a possibilidade do conteúdo. O  
75 primeiro deles é dando conhecimento do rompimento do canal de transposição do  
76 rio São Francisco ocorrido na localidade de Custódia, no Pernambuco. Eu sei que  
77 não é da competência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos adotar  
78 nenhuma medida direta em relação a esse fato, mas para que nós, do Conselho  
79 Estadual, pudéssemos oficial para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o  
80 Comitê de Bacias Hidrografias do Rio São Francisco, para que eles informem

81 quais são as medidas que estão sendo adotadas em relação a esse rompimento,  
82 para apuração de responsabilidades. O segundo ofício é de um assunto não  
83 menos árido e diz respeito a uma proposição para que nós lancemos como  
84 condicionante, para obtenção da outorga da retomada das atividades da  
85 mineradora Samarco, na medida em que este Conselho tem como  
86 responsabilidade a discussão das outorgas de águas para retomada das  
87 atividades. Para que nós lancemos como condicionante a imediata instalação de  
88 medidas extrajudiciais de conflito de reparação de indenização individual,  
89 especialmente em Mariana e região. Eu digo isso porque a OAB, como eu  
90 externei nesse longo ofício que encaminhei aos senhores, vem acompanhado o  
91 status, desde a data do rompimento da barragem do Fundão, em Bento  
92 Rodrigues, e criou uma comissão especial, que vem acompanhando os  
93 desdobramentos das medidas socioeconômicas e socioambientais das pessoas  
94 que foram impactadas pelo desastre ambiental. Passados um ano e sete meses,  
95 até hoje não houve nenhuma medida efetiva para que essas pessoas fossem  
96 reparadas, de modo efetivo e individual, nos seus direitos em razão dos danos  
97 ocorridos pelo desastre ambiental. Existe hoje uma ação civil pública em curso, e  
98 essa ação tem um levantamento globalizado dos danos individuais dessas  
99 pessoas, e, depois, na fase execução de sentenças, esses valores serão  
100 individualizados, e isso pode demorar anos a fio. A nossa maior preocupação é  
101 que a legislação de regência, especialmente o Código Civil, e o entendimento  
102 majoritário do Superior Tribunal de Justiça preconizam que o direito de ação  
103 individual de todas as pessoas que foram impactados por esse desastre  
104 prescreve em três anos. Isso quer dizer que no dia 6 de novembro de 2018 o  
105 direito individual de cada cidadão impactado por esse acidente estará,  
106 efetivamente, prescrito. O direito individual. E essas ações civis públicas, com  
107 todo o imbróglio jurídico que vem acontecendo, podem demandar muito tempo, e  
108 depois do dia 6 de novembro de 2018, literalmente, essas pessoas vão ter que  
109 passar o pires e se submeter àquilo que ficar decidido nas ações coletivas. Então  
110 o objetivo é que nós, como conselheiros deste honrado Conselho,  
111 implementemos ou requeremos para que a SEMAD, através do órgão  
112 competente pela instalação do processo de licenciamento ambiental, para que  
113 instale – como uma das condicionantes, dentre todas as outras de reparação  
114 socioambiental –, imediatamente, uma ferramenta extrajudicial de solução de  
115 conflito. Dentre elas, o Comitê de Cidadania e Conciliação da OAB, que hoje  
116 existe como uma das ferramentas, que foi colocado, de forma voluntária e  
117 gratuita, à disposição da população impactada e que tem, inclusive, como  
118 cooperador técnico, o professor José Claudio Junqueira e mais outros dez  
119 engenheiros ambientais, biólogos e quem mais quiser participar como corpo  
120 técnico. São essas as considerações que eu submeto aos senhores conselheiros  
121 para que nós possamos promover, nesta reunião, o encaminhamento desses dois  
122 assuntos.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu quero fazer o  
123 meu informe, antes, e depois eu acredito que a Mesa vai colocar em discussão a

124 colocação da conselheira Cíntia, e eu teria colocações a fazer, na ocasião. Eu  
125 trouxe alguns slides para dar um informe no âmbito hídrico, para informar que, no  
126 dia 15, houve mais uma mortandade de peixes a jusante da barragem de rejeitos  
127 da Anglo American. Tem um BO, e no BO tem imagens dessas centenas de  
128 peixes mortos, outras imagens tiradas por moradores. E me chamou atenção no  
129 BO que, além de dar as informações que realmente constataram centenas peixes  
130 mortos, mais ou menos em um trecho de 150 m, a 2.000 m do alteamento da  
131 barragem de rejeito. A água apresentava uma turbidez acentuada. E me chamou  
132 muito a atenção e preocupação que, na informação do BO, eles entraram em  
133 contato com o NEA, que é o Núcleo de Emergências Ambientais, que já tinham  
134 sido informados dessa mortandade, mas me preocupou muito que a pessoa que  
135 recebeu essa ligação, por parte da Polícia Ambiental, disse que não haveria  
136 necessidade de deslocamento da equipe, tendo em vista que a mortandade de  
137 peixes não apresentava uma causa definida. Eu fiquei preocupada. Se nós temos  
138 um Núcleo de Emergências Ambientais que é comunicado de alguma coisa,  
139 ainda mais sendo a 2.000 m de uma barragem de rejeito, mortandade de  
140 centenas de peixes, e se posiciona que não haveria necessidade porque não  
141 apresenta uma causa definida, para mim, como uma pessoa que vem militando  
142 há tanto tempo na questão ambiental e hídrica, eu fiquei muito preocupada.  
143 Inclusive, quando peguei os pontos do BO e fui pôr no Google Earth, dá para ver  
144 ali à esquerda. Então eu quis só deixar claro o seguinte: nós estamos tratando de  
145 recursos hídricos, nós estamos tratando de uma atenção plena que temos que ter  
146 com tudo que envolve acidentes, ‘entre aspas’, ambientais. Porque eu sou uma  
147 leiga, mas mortandade de peixes sinaliza alguma coisa. Se não houve ainda a  
148 garantia de qual foi o motivo, ainda mais abaixo de uma barragem de rejeitos,  
149 tem que se averiguar até com mais agilidade, porque pode ser indicativo de  
150 alguma coisa. Pode ser, como também não pode. Mas tem que se verificar. E  
151 quero dizer um outro momento, que é o contraponto dessa loucura que nós  
152 vivemos no âmbito ambiental. Eu estava falando que é como se tivéssemos duas  
153 realidades: a realidade prática do que estamos vendo nos lugares, do que  
154 estamos vendo na água, do estamos vendo no meio ambiente; e quando  
155 chegamos a este universo dessas plenárias é surreal, as pautas são como se  
156 tivéssemos uma situação superconfortável. E não estamos. Então eu quis trazer  
157 uma notícia, que foi uma coisa boa, que foi construída de forma coletiva pelo  
158 CBH Velhas, o Manuelzão e outros grupos. Foi a Expedição Rio das Velhas Te  
159 Quero Vivo, que aconteceu entre os dias 28 de maio e 4 de junho. Esses  
160 cidadãos mineiros andaram de caiaque no rio, em vários trechos, para registrar  
161 como está o rio das Velhas. Começou em Ouro Preto, onde nasce a cachoeira  
162 onde tem o Parque das Andorinhas e onde tem água limpíssima, o que deveria  
163 ser toda a nossa água, em todos os lugares. Temos que ter esse sonho,  
164 independente de parecer impossível. Envolveu muitas pessoas. Eu acho que nós  
165 temos uma realidade que são as pessoas muito preocupadas com água, e nós  
166 temos uma realidade terrível, na prática, desta gestão, quer seja de qualquer

167 setor. Eu queria deixar essa mensagem, porque é muito assustador tudo isso.”  
168 Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu queria fazer uma sugestão de inclusão  
169 de um item na próxima reunião. Talvez pudesse ser feito pelo IGAM. Todos nós  
170 sabemos que na Lei 9.433, lei federal, e na Lei 13.199, estadual, existe o  
171 conceito de áreas de restrição de uso ou zona de restrição de uso, que são um  
172 tipo de espaço territorial especialmente protegido, de acordo com a Constituição  
173 Federal, art. 225, §1º, inciso III, que tem a finalidade de estabelecer algumas  
174 restrições em função de algumas áreas serem cruciais para recarga hídrica e  
175 para conservação da circulação hídrica, da quantidade e da qualidade de  
176 recursos hídricos. Eu tenho alguma curiosidade de saber como isso está no  
177 Estado, como o Estado de Minas Gerais está se posicionando em relação a  
178 essas áreas, tanto no que diz respeito à definição das restrições concretas, em  
179 função das características de cada região, e, sobretudo, em relação a uma  
180 delimitação específica dessas áreas. Eu acho que é um tema importante que nós  
181 aqui, como Conselho, temos que discutir. A distribuição é estadual, e eu sugiro  
182 que isso seja incluído em uma pauta de reunião, em breve.” Presidente Maria de  
183 Fátima Chagas Dias Coelho: “Só a título de esclarecimento sobre esse tema,  
184 esse assunto tem sido discutido na Câmara Técnica de Planos. Realmente, é um  
185 tema que precisa ser mais debatido, quando se fala em área de restrição, para  
186 além das restrições legalmente existentes, que devem ter dentro do contexto dos  
187 Planos de Bacias. Isso não é uma realidade só de Minas Gerais, é do plano  
188 nacional e de outros Estados. E uma solicitação da Câmara Técnica de Planos,  
189 que veio do ano passado, foi que fosse organizado, primeiro, um evento, pela  
190 dificuldade técnica dessas definições. Que fosse discutido com a comunidade  
191 científica o que seriam essas áreas de restrição. Foi até o Dr. Bérqson, que faz  
192 parte do nosso Conselho. Nós já preparamos o que seria o evento, um workshop  
193 de dois dias trabalho, e eu solicitei que fosse pautada a agenda desse workshop  
194 na próxima reunião da Câmara Técnica de Planos, porque nós ficamos de fazer  
195 uma construção conjunta. Nós sugerimos alguns profissionais, e já nos deram  
196 várias sugestões, mas nós queríamos que essa grade fosse aprovada na Câmara  
197 Técnica de Planos. Eu acho que está pautada na CTPLAN, na próxima sexta-  
198 feira. Então esse assunto será debatido, para esse evento ocorrer em setembro,  
199 salvo engano.” Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu gostaria de participar,  
200 ainda que voluntariamente.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:  
201 “Todos os conselheiros serão convidados, e nós vamos estender e fechar a  
202 agenda.” Conselheiro Mário de Lacerda Werneck Neto: “Eu só queria comungar  
203 com a ideia da conselheira Cíntia, desde os primeiros dias do evento em Mariana,  
204 lamentável, mas que infelizmente ocorreu. E dizer que vem se arrastando muito  
205 essas questões, valores bloqueados, e eu acho que a pretensão da OAB é  
206 legítima e gostaria de externar aqui, como ex-presidente que fui, o trabalho que  
207 vem sendo feito. E dizer que realmente seria muito interessante que este  
208 Conselho discutisse isso. Não há nenhum prejuízo para a empresa, porque os  
209 valores já estão depositados e bloqueados em ações diversas. Então eu só

210 gostaria de externar aqui a minha posição de apoio à conselheira Cíntia.”  
211 Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Eu só gostaria de trazer aqui o andamento do  
212 workshop internacional que nós estamos realizando agora, do dia 11 ao dia 15 de  
213 julho. O tema é planejamento e desenvolvimento sustentável das bacias  
214 hidrográficas. Nós estamos com pesquisadores da Colômbia, de Cuba, da  
215 Polônia e vários pesquisadores nacionais. No fechamento realizado nesta  
216 semana, nós estávamos já com 480 inscrições. Então eu só reforço o convite. É  
217 uma oportunidade para debruçar sobre essa questão do desenvolvimento  
218 sustentável e da resiliência das bacias hidrográficas. Então eu convido as  
219 pessoas a entrarem no site da Universidade Federal de Uberlândia:  
220 [www.eventos.ufu.br](http://www.eventos.ufu.br). Lá tem o banner do VI Workshop Internacional Sobre  
221 Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Bacias Hidrográficas. As  
222 inscrições vão ficar abertas até o dia 10 de julho.” Conselheiro Odorico Pereira de  
223 Araújo: “Eu queria só fazer algumas observações. Primeiro, sobre a Resolução  
224 da ANA que foi publicada hoje. Eu aguardo o momento para discutirmos esse  
225 assunto. Com relação à proposta da Cíntia, eu acho que, primeiro, nós temos que  
226 ouvir a empresa para que possamos fazer uma deliberação. Primeiro que este  
227 Conselho não está apto para tomar essa decisão. Mesmo que fosse tomar uma  
228 decisão, eu gostaria que a empresa fosse envolvida, tanto a Fundação Renova  
229 quanto a Samarco, para que venha responder e também dar segurança se  
230 realmente está atendendo ou não a demanda da OAB. Com relação às palavras  
231 da conselheira Teca, eu tenho que concordar com o auto de infração, porque  
232 como nós vamos definir se foram realmente os rejeitos da barragem que vazaram  
233 que contaminaram os peixes? Então nós precisamos ter embasamento técnico  
234 para fazer essas afirmações e acusações, e também dar direito de defesa à  
235 empresa ora mencionada por ela.” Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “Como  
236 também eu estou como vice-presidente do Comitê do Doce e presidente do  
237 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, eu gostaria de citar que tanto o  
238 Comitê do Piranga, onde aconteceu o evento, como o Comitê do Doce nós  
239 estamos sempre em contato com a Samarco, BHP e Vale, junto com a Renova,  
240 participando do Comitê Interfederativo, das Câmaras Técnicas. Só para deixar  
241 claro que os Comitês de Bacias estão juntos nesse processo e em momento  
242 nenhum nós saímos dele.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:  
243 “Como há algumas opiniões controversas, nós recebemos hoje, e nós mesmos  
244 da SEMAD temos que examinar. Eu não enxerguei isso ainda como extra pauta,  
245 porque teria que consubstanciar melhor. Assuntos extra pauta podem entrar, sim,  
246 assim que o conselheiro coloque no momento oportuno a questão. Agora, eu não  
247 sei se é o caso de fazermos uma apresentação específica, porque deve ter uma  
248 reunião extraordinária logo no início de agosto. Internamente, nós vamos analisar  
249 os dois ofícios que foram encaminhados hoje, e, de repente, se a conselheira  
250 achar oportuno, nós pautamos e convidamos, como o conselheiro Odorico  
251 sugeriu, a Fundação Renova, e abrimos uma discussão mais específica sobre  
252 esse assunto, com mais material, talvez. Pode ser assim? Então vamos ficar

desse jeito. Eu estou sendo orientada aqui: um pedido de um conselheiro para se incluir em pauta tem que ser votado pelo Plenário. Então nós colocaríamos em discussão submeter o assunto ligado à questão da barragem de Fundão, que a conselheira Cíntia colocou. Se os conselheiros concordam que coloquemos em pauta na próxima reunião do Conselho Estadual.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “É uma questão de ordem. É a primeira vez que eu vejo essa situação, e não entendo assim. Primeiro que é um pedido de inserção de um item na pauta da próxima reunião. E nós vamos votar se concordamos ou não sem nem discutir? Porque, inclusive, não tem na pauta item de pedido de outorga da Samarco relacionado com água. Todos os processos da Samarco estão suspensos, porque foi colocado pelo governo que haveria uma avaliação de tudo antes da retomada. Estamos ainda diante de pendências, inclusive, me parece que a declaração de conformidade de Santa Bárbara. Ou seja, nós temos tantas questões para ver isso que eu entendo ainda muito prematuro já aprovar aqui inserir na pauta uma decisão sobre uma outorga ou sobre condicionantes de uma outorga que nem compete neste momento. Isso para mim é inverter muito. Então eu não vejo sentido colocar uma votação. Senão começamos a trazer aqui outros assuntos de pauta, põe para votação mesmo que não tenha muito nexos. Eu estou achando que isso é muito prematuro, dessa forma.” Conselheira Irandy Maria de Lourdes Braga: Só para referendar e, ao mesmo tempo, enfatizar o que a Teresa e o Odorico falaram: é válida a discussão, mas não é aqui, é em outra Câmara, lá no COPAM.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Vamos então retomar o curso da nossa condução aqui. Nós estamos em ‘Assuntos Gerais’, e o secretário, como presidente do Conselho, recebeu dois ofícios hoje pela manhã. Eu acho que a Secretaria Executiva tem que examinar os dois ofícios para saber a pertinência e a destinação. Como ele preside o COPAM, o Conselho Estadual e a Câmara Técnica de Outorga, e esse assunto ainda não entrou em pauta, eu peço esse tempo para a equipe da SEMAD, do IGAM, do Sisema analisar os dois ofícios.” Conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas: “O único pedido expresso é para que o recebimento seja registrado e a análise seja registrada.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Está certo. Então não haverá inserção desse assunto na pauta, pelo menos neste momento.” **Inclusão na pauta.** Em atendimento a solicitação da presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, o Plenário do CERH aprovou por unanimidade a inclusão dos seguintes itens na pauta desta reunião: 1) Moção de reconhecimento aos trabalhos realizados por Eduardo Antônio Arantes do Nascimento na gestão de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. 2) Exposição e discussão sobre o Dia do Rio e condução pelo IGAM dos temas relacionados aos rios estaduais. **4) EXAME DA ATA DA 106ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 106ª reunião do Plenário do CERH, realizada em 20 de abril de 2017, com correção na linha 203: onde está escrito PCH, lê-se PCJ. Foram registradas abstenções de votos dos conselheiros representantes da UFU, Arsae, Cesama Juiz de Fora e Prefeitura de Rio Pomba. **5) PROCESSO DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DE**

296 **RECURSOS HÍDRICOS PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. 5.1) Horizontes**  
 297 **Ltda. Brumadinho/MG. Processo de Outorga nº 10180/2009. Apresentação:**  
 298 **Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos (GPDRH) do**  
 299 **IGAM.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da conselheira Maria  
 300 Teresa Viana de Freitas Corujo. Justificativa do pedido de vista: “O Parecer Único  
 301 é uma síntese de todo o processo. Então nós queremos olhar, porque podemos  
 302 voltar lá atrás e entender melhor o que aconteceu. Nós não tivemos tempo de  
 303 entrar no Siam, localizar todo esse histórico, desde 2009, e entender como foi  
 304 feita uma canalização sem ainda ter tido a outorga, entender o que significou em  
 305 termos de desvio, por acaso, que tenha havido do curso d’água. Nós queremos  
 306 ter tempo de olhar isso profundamente, com todo esse histórico, até para estar  
 307 mais confortáveis para poder opinar aqui.” **6) APRESENTAÇÃO SOBRE A**  
 308 **ESTRATÉGIA INTERSETORIAL DE REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS**  
 309 **EM MINAS GERAIS. Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento**  
 310 **Agrário (Seda).** José Antônio Ribeiro, da Seda, fez exposição ao Plenário sobre  
 311 a criação de uma comissão colegiada para elaborar e propor uma estratégia  
 312 intersetorial de redução do uso de agrotóxicos e apoio à agroecologia no Estado  
 313 de Minas Gerais, destacando que trata-se de um dos pilares do Plano Estadual  
 314 de Agroecologia e Produção Orgânica, considerando, inclusive, discussões em  
 315 nível nacional. Contribuições da Câmara. Após a exposição, foram registradas as  
 316 seguintes contribuições dos conselheiros. O conselheiro Edson de Oliveira Vieira  
 317 questionou como ficou a participação da sociedade no processo. “A sociedade vai  
 318 fazer parte, há um processo de conscientização da sociedade com relação a isso,  
 319 de conscientização e de informação do que vem se praticando hoje em termos de  
 320 agricultura convencional?” Questionou ainda se existe alguma ação para facilitar  
 321 a exposição e comercialização dos produtos provenientes da agroecologia e  
 322 orgânicos. José Antônio Ribeiro, da Seda, informou que a estratégia irá “dialogar,  
 323 permanentemente, com a Câmara Técnica de Agroecologia e Produção  
 324 Orgânica, na qual os movimentos sociais possuem assento e têm participado”.  
 325 Destacou também que a Secretaria está atenta às necessidades de envolvimento  
 326 da população e de divulgação para todos. “A mesma coisa em relação aos  
 327 incentivos à comercialização dos produtos orgânicos. É uma preocupação  
 328 permanente que nós temos”, afirmou. O conselheiro Amarildo José Brumano Kalil  
 329 reforçou que a Secretaria de Estado de Agricultura é parceria no trabalho para  
 330 resolver a questão do uso de agrotóxico e que tem uma busca constante da  
 331 agricultura sustentável, passando pelo uso de recursos naturais. “O que nós  
 332 buscamos é o caminho da agricultura sustentável. Especificamente em relação  
 333 aos agrotóxicos, será lançado um programa para certificação de produtos e  
 334 propriedades agropecuárias, com grande potencial de certificação, com previsão  
 335 de triplicar no próximo ano o número de propriedades sem uso de agrotóxicos,  
 336 com o envolvimento do IMA e da Emater.” Comentou ainda que “terão que ser  
 337 buscadas outras alternativas de técnicas para produzir alimentos sem o uso do  
 338 agrotóxico, além do cuidado com a segurança alimentar”. Conselheiro Antônio



339 Carlos Vidal Barra: “Uma grande ferramenta para reintrodução do alimento é  
340 conciliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que já prevê aquisição de  
341 alimento de 30% da agricultura familiar. Começar a buscar os produtores de  
342 alimentos sem agrotóxico e divulgar para os pais das crianças. É uma grande  
343 ferramenta para conscientizar a comunidade em geral.” O conselheiro citou ainda  
344 a importância de se incentivar a realização de feiras agroecológicas. O  
345 conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro considerou “louvável a atitude do governo  
346 de promover essa campanha de redução do uso de agrotóxico, que é caro e  
347 arriscado, com risco de contaminação de quem aplica e de quem consome”.  
348 Destacou também a importância de conscientização do consumidor e ressaltou  
349 que a redução do uso de agrotóxico na agricultura possa diminuir o impacto na  
350 qualidade das águas. **Moção de aplauso**. Antes da exposição e discussão deste  
351 item de pauta, o representante da Seda registrou as seguintes considerações  
352 acerca da moção de aplauso e reconhecimento a Eduardo Antônio Arantes do  
353 Nascimento, aprovada pelo CERH nesta sessão. José Antônio Ribeiro, da Seda:  
354 “Eu gostaria de dar os parabéns para vocês, conselheiros do Conselho Estadual  
355 de Recursos Hídricos, pela aprovação de moção de reconhecimento ao Eduardo  
356 Nascimento, que representou, dentre outras instituições, a Fetaemg. Uma moção  
357 de reconhecimento já foi aprovada pela Comissão Permanente de Educação no  
358 Campo, coordenada pela Secretaria de Estado de Educação, e depois de  
359 amanhã, na reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável,  
360 nós vamos também submeter aos conselheiros uma moção similar, nesse sentido  
361 de valorizar as pessoas. Todos nós não passamos ilesos por este mundo. Eu  
362 acho que todos nós temos uma história, temos interesses que são defendidos  
363 nos diversos espaços, e poucas pessoas conhecem a agricultura familiar, a  
364 reforma agrária e as questões ambientais como o Eduardo Nascimento. Eu disse  
365 que foram duas perdas: uma foi a morte dele e a outra foi o conhecimento. Se  
366 alguém observava e conhecia o Eduardo, ele pouco anotava, ele guardava muita  
367 coisa na cabeça, e provavelmente uma boa parte desse conhecimento ele levou  
368 junto. Então eu acho que até uma forma de começarmos a pensar nessas  
369 pessoas que são referência nas políticas públicas no nosso Estado de Minas  
370 Gerais e pensar uma forma de sistematizar esse conhecimento para que continue  
371 sendo referência para continuarmos construindo e consolidando essas políticas  
372 públicas. Então eu gostaria de deixar esse recado para vocês.” 7)

373 **APRESENTAÇÃO DO ESTUDO SOBRE OUTORGAS NAS BACIAS**  
374 **HIDROGRÁFICAS DOS RIOS DAS VELHAS E PARAÓPEBA.** Responsável:  
375 **Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas**  
376 **(Fonasc).** Item retirado de pauta conforme solicitação do Fonasc, por motivo de  
377 saúde do conselheiro que iria fazer a apresentação. 8) **APRESENTAÇÃO**  
378 **SOBRE A DEFINIÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS**  
379 **SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
380 **PARA CONSTRUÇÃO DE RESOLUÇÃO ESPECÍFICA SOBRE OS SERVIÇOS**  
381 **DOS PRESTADORES REGULADOS PELA ARSAE.** Responsável: Agência

382 **Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento**  
383 **Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).** Fernando Silva de Paula, da  
384 Arsae, fez apresentação ao Plenário sobre as ações para a elaboração de  
385 resolução específica sobre os serviços dos prestadores regulados pela agência e  
386 informou que poderão ser enviadas contribuições por e-mail até o dia 30 de  
387 junho. Foram registrados os seguintes debates após a exposição. Conselheiro  
388 José Nelson de Almeida Machado: “Eu acho que tem um problema político e  
389 econômico por trás disso que deixa a situação estarrecedora em termos da  
390 perspectiva de melhorar a situação do esgoto no Brasil. Existe um vício histórico  
391 no Brasil, que em 1970 o país tinha 40% da população urbana abastecida com  
392 água. Foi instituído o Planasa, do qual resultou a Copasa, a Sabesp etc. A  
393 prioridade absoluta era o abastecimento de água, e o esgoto ficou para trás. E  
394 agora, quando vem fazer um sistema de esgoto segundo os padrões sanitários e  
395 ambientais adequados, a população se recusa a pagar. Na verdade, o grande  
396 obstáculo que existe hoje para o avanço do sistema de esgoto é que a população  
397 não aceita pagar pelo serviço de esgoto. Na bacia do rio Doce, com 191  
398 municípios no Estado de Minas Gerais, em 2010, só tinha cinco que tratavam  
399 esgoto em mais de 50%. Ou seja, 186 municípios jogando esgoto bruto no leito  
400 do rio. E dos 191 municípios só tinha 15 aterros sanitários. Aonde nós vamos  
401 parar isso? E se o sistema não for sustentável não tem jeito. E o sistema de  
402 esgoto sanitário custa muito mais caro do que o de água. Então são algumas  
403 referências que eu acho interessantes colocar para os conselheiros aqui, porque  
404 são obstáculos, e, se não forem tratados com devida atenção e devido rigor, não  
405 vai acontecer a evolução.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu acho que  
406 ficou claro na apresentação da Arsae com relação aos desafios do esgotamento  
407 sanitário, que são muitos. É um déficit histórico que existe no Brasil, e realmente  
408 ainda precisamos avançar muito. Mas eu queria elogiar o trabalho da Arsae, a  
409 metodologia que está sendo usada para essa resolução, que está sendo feita de  
410 uma forma extremamente participativa.” Conselheiro Luciano José Alvarenga:  
411 “Ordinariamente, nós somos Ministério Público, mas não somos administração.  
412 Nós sabemos que o exercício da atividade administrativa relacionado a coleta e  
413 tratamento é uma atribuição precipuamente municipal, e isso para mim é um  
414 problema em um Estado que tem 853 municípios, em que há um problema de  
415 falta de continuidade, muitas vezes, entre linhagens políticas diferentes, em  
416 função de partidos diferentes. Muitas vezes, celebramos termos de ajustamento  
417 de conduta ou ingressamos com ações judiciais, conseguimos decisões  
418 favoráveis, mas não conseguimos avançar porque há descompromisso na  
419 transição política. Esse é um desafio para nós também. Outro problema é que,  
420 muitas vezes, há cobrança e não há prestação do serviço. É um problema muito  
421 sério, e este conselho tem que entrar com uma proposição para essa questão. Há  
422 avanços, mas estamos muito atrasados nisso, tanto a questão de efluentes  
423 líquidos quanto a questão de tratamento de resíduos sólidos.” Conselheiro  
424 Gabriel Augusto Campos: “Muitas das prefeituras não tratam esgoto como causa

425 principal de doenças veiculadas do esgoto, preferem investir em saúde, em  
426 médicos. Só que a causa principal pelo esgoto e pela contaminação da água é  
427 meio desconsiderada. Então é preciso maior atenção dos gestores municipais  
428 para ter esse pensamento com o esgotamento sanitário, que é uma capacidade  
429 de não haver doenças na população e na saúde ocupacional.” Conselheira Maria  
430 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Quando se coloca que a pessoa não quer pagar  
431 pelo serviço de esgoto, há que se ter uma análise sobre isso. Pelo que vimos  
432 acompanhando, quando as pessoas pagam uma conta de água, elas já estão  
433 pagando esgoto. O que não está acontecendo é a prestação do serviço de  
434 esgoto. Então o cidadão pagar duplicado, quando na realidade já vem pagando  
435 há muito tempo, sem receber o serviço, que é um direito legítimo da população. E  
436 há que se averiguar, inclusive, porque, como essas empresas, a maioria, estão  
437 no mercado de ações, nós temos um contexto de um serviço essencial que tem  
438 repercussão gravíssima nos cursos d’água e na qualidade hídrica na mão de  
439 interesses, inclusive, de lucro e de capitalização. Então quando se fala que não  
440 há recurso para investimento, mas quando pegamos os balanços desses  
441 prestadores de serviços nos jornais, são vultosas quantias que os acionistas  
442 estão ganhando. Então nós temos um ciclo em que existe o interesse econômico,  
443 inclusive, nas prestações de serviços essenciais à população. E o preço está  
444 sendo pago pelo meio ambiente, pelos nossos cursos d’água. Não tem sentido ter  
445 grandes centro urbanos recebendo a água e a própria Copasa e todos os outros  
446 SAAEs, ou o que seja, devolvendo essa água suja para os cursos d’água. Então  
447 é extremamente grave. Nós já deveríamos estar muito adiante na solução desses  
448 problemas, porque com isso, somado a toda a questão climática, diminuição da  
449 produção de água, impacto nos aquíferos, impacto nas áreas de recarga,  
450 desmatamento e todo o resto, nós estamos diante da situação em que a  
451 realidade não é essa que está aqui nesta sala. É a realidade que está lá nos  
452 territórios e que todos nós estamos vendo. Provavelmente, nós estamos bebendo  
453 uma das piores águas das capitais, porque mesmo o tratamento da Copasa não  
454 tira alguns elementos como metais pesados, hormônios, cafeína, e estamos com  
455 tanto câncer e tantas doenças que estão dizimando a nossa população.” O  
456 conselheiro Wilson Akira Shimizu apontou que foram verificadas falhas nos  
457 sistemas, tanto de ordem “operacional, técnica, de infraestrutura, vontade  
458 política”. “Quando se detecta isso, qual mecanismo tem para tentar corrigir? E  
459 onde está, na visão da Arsae, os principais ‘nós’ que precisam ser resolvidos? E  
460 a Arsae é só água e esgoto? Tem resíduos sólidos e drenagem pluvial? Por que  
461 não engloba também esses dois aspectos?” Conselheiro Nelson Cunha  
462 Guimarães: “Quando nós pagamos o serviço de água, nós não estamos pagando  
463 serviço de esgoto. São coisas separadas, a taxa é diferenciada. Com relação  
464 à qualidade da água na região metropolitana de Belo Horizonte, eu não sei qual é  
465 a fonte que você (conselheira representante do Fonasc) tirou para dizer que é  
466 uma das piores do Brasil. O meu referencial é de que seria uma das melhores.  
467 Com relação ao que foi citado, a água tem que atender a Portaria de Potabilidade

do Ministério da Saúde nº 2914/2014. A nossa água atende plenamente essa portaria, é uma água que todos os sistemas de abastecimento têm que atender, e são fiscalizados em função disso. Alguns parâmetros citados, por exemplo, a cafeína não é contaminante da água, e apenas um indicador de contaminante. E outros contaminantes citados não constam da portaria.” Fernando Silva de Paula, da Arsae: “Tem o fornecimento de água e o custo associado ao preço da tarifa de água, que nós fazemos a amarração quando faz-se o cálculo da tarifa de esgoto, que é algo estabelecido pela agência reguladora. Quando a população usuária é abastecida com água e não utiliza os serviços de esgoto, ela paga apenas a tarifa de água, associada ao volume que consome, registrado no hidrômetro. Se conecta a uma rede coletora de esgotos, tem um avanço, e colocam-se 50% do custo da água associada à tarifa para que se paguem os serviços de coleta e afastamento dos esgotos. A tarifa estaria amarrada se a prestação do serviço for feita pela mesma concessionária. Caso esse esgoto possa ser submetido, antes do lançamento final, ao tratamento, então teria um avanço de mais 40%, alcançando então 90% do valor da água. No ponto colocado pelo José Nelson, há a dificuldade, muitas vezes, temos que considerar dois termos. Uma questão seria a disponibilidade ou disposição do cidadão em pagar por aquele serviço, e outra coisa seria a acessibilidade financeira, que temos estudo para considerar nessas deliberações normativas que estabelecemos. A agência é reguladora de água e esgoto e não é o saneamento todo. A tendência é que avancemos ao menos para regularizar resíduos também.” **9) APRESENTAÇÃO SOBRE O SISTEMA DE CADASTRO ON-LINE DE USO INSIGNIFICANTE DA ÁGUA. Responsável: Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos (GPDRH) do IGAM.** Thiago Santana, do IGAM, fez apresentação ao CERH do sistema de cadastro on-line de uso insignificante da água, lançado em maio deste ano. Debates. A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo questionou como está no planejamento a fiscalização do monitoramento das outorgas autodeclaratórias e quantos servidores foram alocados para esse monitoramento. “E, se o sistema on-line é de autocadastramento, se isso vai implicar automaticamente no acesso para acompanhamento da sociedade, para saber onde estão os usos insignificantes nas bacias, para o usuário fazer parte do processo de gestão.” Questionou ainda se o sistema “está casado com a localização espacial dos usos” e como pode ser acessado. A conselheira solicitou ainda a disponibilização dos dados em KMZ e registrou outras considerações. “Além de informar as coordenadas, também um KMZ. Na questão hídrica, tem que se pegar uma planilha Excel porque não está on-line. Eu sou a favor de agilidade para o pequeno, para que não haja morosidade pública, mas isso tem que ser associado à possibilidade de acompanhamento. Se é um sistema sofisticado, eu estou requerendo que estudem a possibilidade. Que daqui a um mês não se tenha uma planilha Excel, e quem estiver interessado na sua bacia saiba aonde estão os usos insignificantes e quem são, e que já possa acessar direto isso com informações on-line.” Thiago Santana, do IGAM, esclareceu que o

511 sistema sempre foi autodeclaratório, desde o modelo tradicional. Para publicidade  
512 dos dados, informou que será disponibilizado relatório mensal de solicitações de  
513 cadastro de uso insignificante no próprio site do IGAM. Quanto à fiscalização,  
514 informou que será traçada uma estratégia, com a definição de ação excepcional  
515 em áreas a serem avaliadas como de maior demanda de uso insignificante. A  
516 presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho complementou as informações:  
517 “A ideia foi privilegiar o balanço hídrico. Como tem georreferenciamento, é o  
518 Geosiam, e nós precisamos que essa informação fique junto com a de outorga  
519 para não perdermos o balanço hídrico. Mas nós estamos investindo e iniciamos o  
520 trabalho de modernização do sistema de outorga. Aí, sim, isso tudo vai ser  
521 revisto, a base georreferenciada, que vai acoplar a esse sistema. Optamos neste  
522 momento por trabalhar em articulação com o Geosiam porque não tínhamos  
523 condição de trabalhar com o Google Earth.” A conselheira Cíntia Ribeiro de  
524 Freitas questionou qual é o período de deferimento do cadastro e se as  
525 informações sobre os deferimentos serão disponibilizadas à sociedade. Thiago  
526 Santana, do IGAM, informou que o prazo de validade é de três anos e que todas  
527 as informações das certidões emitidas serão disponibilizadas no site. Conselheiro  
528 Jadir Silva Oliveira: “Quanto ao prazo de validade do cadastro, no caso das  
529 outorgas, elas passaram a ter validade da licença ambiental.” Thiago Santana, do  
530 IGAM, esclareceu que o uso insignificante não se vincula ao licenciamento  
531 ambiental.” O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira cumprimentou o IGAM e  
532 a SEMAD “pelo avanço no sistema” e informou que irá se “aproximar do IGAM  
533 para realizar parcerias para capacitação de pessoal dos sindicatos produtores”.  
534 Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Só reforçar o elogio, porque acho que foi  
535 um avanço extraordinário para o usuário e o órgão gestor. Realmente, foi um  
536 passo à frente.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu quero parabenizar a  
537 administração do IGAM por ter tomado essa iniciativa. Desafogou o balcão. A  
538 Supram do Triângulo Mineiro tinha filas enormes e hoje tem meia dúzia. Levavam  
539 cinco ou seis dias para dar vazão. Outra coisa interessante é que hoje estamos  
540 treinando o usuário pelo telefone ou WhatsApp, passo a passo, e antes se  
541 pagava para fazer.” Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil: “Antes de mais  
542 nada, parabenizar o IGAM e o Sistema pela iniciativa. Será uma quantidade de  
543 informações tão importantes que vão ter espacialização, o volume enorme de  
544 água, e a questão é trabalhar mais com inteligência e usar essas informações,  
545 pois terá um cadastro no Estado inteiro com geoespacialização das informações.  
546 Agregado com outras informações, como do CAR, vai ter um volume de  
547 informações tão importantes. O mais rico eu acho que não está na fiscalização  
548 para verificar se está correto ou não aquela informação, o mais importante é  
549 enxergar a situação no Estado como um todo e utilizar essas informações para a  
550 estratégia, para fazer a gestão de recursos hídricos no Estado. Nós colocamos o  
551 Sistema Seapa à disposição, porque enxergamos nessa ação importantes  
552 ganhos e mais esse serviço que o Estado está prestando ao nosso produtor.”  
553 Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Eu quero reforçar o coro de

parabenização, porque é algo muito importante. A deficiência de informação com que lidamos é algo que grita a todo instante. Conversar com o Siam é fundamental, eu acho que é uma via de mão dupla, porque para outorgas também é importantíssimo.”

**10) MOÇÃO DE APLAUSO E RECONHECIMENTO A EDUARDO ANTÔNIO ARANTES DO NASCIMENTO, IN MEMORIAM, PELA ATUAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.** O Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou, por unanimidade, moção proposta pela Presidência nos seguintes termos: “Moção de Reconhecimento nº 01/2017 – Moção de aplauso e reconhecimento ao Sr. Eduardo Nascimento, in memoriam, pela atuação na gestão de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais. Os conselheiros estaduais de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, reunidos em 20 de junho de 2017, aprovaram a presente moção de aplauso e reconhecimento, in memoriam, por unanimidade, ao Sr. Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, pelas razões abaixo: 1) Pelo grande empenho e seriedade com que o Sr. Eduardo Nascimento se dedicou às questões de gestão de recursos hídricos. 2) Por sua participação efetiva e construtiva nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais. 3) Por seus dizeres e manifestos que sempre instigaram e promoveram a conscientização ambiental, a boa gestão dos recursos hídricos e a defesa da sociedade em geral. 4) Pela atuação em parceria com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e demais entidades do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos na incessante busca da melhoria da quantidade e da qualidade da água no nosso Estado. 5) Pela defesa e apoio ao fortalecimento do IGAM. Os conselheiros estaduais de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, ao concederem esta moção de aplauso e reconhecimento, in memoriam, por unanimidade, ao Sr. Eduardo Nascimento, estão cumprindo um dever de justiça em face da atitude desse representante que em muito contribuiu em defesa dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 20 de junho de 2017.”

**11) INFORME SOBRE O DIA DO RIO.** A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho fez um histórico das discussões sobre a situação de restrição de uso da água na bacia do rio São Francisco, que culminou na proposição do Dia do Rio pela Agência Nacional de Águas (ANA). “Foi proposta, neste ano, restrição de uso em todo o São Francisco, mas a ANA atua somente sobre os rios de domínio da União. A proposta de restrição teria ganho de 40 m³/s, se reduzisse toda a irrigação na bacia em um dia por semana, até novembro. Por isso, se chama Dia do Rio. Eu comentei que Minas Gerais já tinha uma regra muito mais restritiva e que era baseada em percentuais, para todos os usos, o nosso critério de vazão de referência. Além disso, nós temos a Resolução 2302, que obriga os usuários a colocar horímetros, medidores de água, medidores de vazão. E temos ainda perímetros de outorgas coletivas em que os irrigantes irrigam dia par e dia ímpar. Eles se alternam. Ninguém irriga todo dia no perímetro de outorga coletiva. A ANA resolveu ampliar a restrição para todos os usos: indústria, mineração,

597 excetuado abastecimento humano e animal. Hoje a ANA publica a Resolução  
598 anunciando o Dia do Rio para os rios de domínio da União. Em Minas Gerais,  
599 afeta o rio São Francisco, o Carinhanha. O Verde Grande está fora porque já tem  
600 uma regra de restrição. O questionamento da ANA é por que em Minas, aonde  
601 ainda não entrou em restrição, não se usa como primeira faixa a restrição do Dia  
602 do Rio. Eu coloquei que conflita com a regra aprovada pelo CERH, que é mais  
603 técnica. Já colocamos que podemos implementar campanhas educativas de  
604 redução do uso da água. Eu fiz a proposta de ter, inclusive, o apoio da ANA para  
605 trabalhar em uma campanha educativa para conseguir a redução do uso. Deixar  
606 bem claro que em Minas nós aderimos, sim, ao Dia do Rio, porque já o  
607 praticamos. Do ponto de vista de comando e controle, nós temos bastantes ações  
608 restritivas, mas achamos que deveríamos trabalhar em uma vertente educativa,  
609 fiscalização preventiva e alguma coisa nessa linha.” Conselheiro Renato Junio  
610 Constâncio: “A Cemig tem feito gestões e hoje precisa fazer o desassoreamento  
611 do canal do Jaíba. Se isso acontecer, vai aliviar muito a questão da defluência de  
612 Três Marias e aumentar a regularização. Hoje nós temos que completar nível. O  
613 problema das captações é porque tem que soltar muita vazão para dar nível  
614 nessas captações fixas. Assim como está acontecendo ao longo de todo o São  
615 Francisco, a jusante de Sobradinho. Então essa é a nossa posição, e  
616 concordamos totalmente com a posição colocada pela Fátima. Ainda vemos com  
617 desconfiança essa questão, achamos que Minas já faz o Dia do Rio há muito  
618 tempo.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “O que nos interessa é que,  
619 efetivamente, Minas Gerais já adota o Dia do Rio há muito tempo. O critério de  
620 outorga é o menor de todos. O IGAM demonstrou, com muita propriedade, que  
621 não tem como espremer mais aqui.” Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil:  
622 “Nós estamos verificando que, no caso específico, o problema não é exatamente  
623 vazão, mas problema de infraestrutura de captação de água do rio, inclusive, no  
624 Jaíba. E a crise também pela gestão mal feita na Bahia e por demais usuários. O  
625 Estado de Minas Gerais, que cumpriu sua tarefa, perdeu milhões de  
626 investimentos, principalmente no setor de agricultura, um grande demandante de  
627 água. Nós pagamos esse preço, e agora querem que paguemos novamente. O  
628 critério mineiro é muito mais rigoroso. Chega uma crise, e querem desconstruir  
629 todo o trabalho de conscientização que foi feito, para garantir água para os  
630 demais Estados. Todos têm direito à água, mas têm que fazer também o dever de  
631 casa. Nós achamos que não devemos acatar, e o posicionamento deve ser firme  
632 para não deixar desconstruir o trabalho que está sendo feito em Minas.”  
633 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “É preciso ter uma base técnica para o  
634 Plenário deliberar sobre o tema, o que irá representar em volume etc. Na  
635 verdade, tem uma negociação e quais seriam as bases dessa negociação. Nós já  
636 temos outros problemas relacionados com dificuldade de implantar barramentos  
637 em função de solos hidromórficos, as leis de proteção de veredas em Minas  
638 Gerais são muito severas. Então o produtor tem muita dificuldade para produzir  
639 com sustentabilidade. E não foi nenhum recurso para lá (com a transposição do

rio São Francisco) para as cabeceiras dos nossos rios. Temos que ter uma negociação para isso. E tem a questão de vazão de entrega também.”

Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu concordo com as colocações. O que nos preocupa muito é que isso foi uma decisão de cima para baixo, sem consultar ninguém, sem amparo técnico nenhum. Não teve participação dos usuários, e essa discussão vem desde 2013 no Comitê de Bacia. Então estamos vendo muito claro o que é a representatividade no Comitê de Bacia federal. Essa é a consequência. Agora nós temos que cobrar daquelas pessoas que falaram que estavam defendendo Minas, cobrar a participação delas. Nós levantamos que nove empresas em Minas vão ter que fechar as portas porque precisam da água para operar. Então estamos transferindo renda de Minas para Sergipe. Há dez anos vocês devem lembrar quantas indústrias de confecções saíram de Minas para ir para o Nordeste. Essas empresas estão lá usando a nossa água. Agora estão levando a nossa água e querem levar mais. E nós vamos ficar assistindo isso? Nós não podemos aceitar essa imposição colocada em Minas Gerais, pois já estamos fazendo a nossa contribuição. Que eles façam a deles também. Temos que nos manifestar contrários a essa Resolução.”

Conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas: “Nós recebemos informação de que na Paraíba a restrição de consumo doméstico é de um dia para três. Para tratar de água, tem que ser uma visão muito mais macro, porque tem toda a água exaurida no uso da mineração e a utilização da água residuária. Tem tantas concepções que precisamos pensar antes de cada um olhar para o seu próprio segmento. Se fazemos uma campanha para restrição, a água doméstica, salvo engano, representa 4% da utilização. Então a concepção tem que ser de modo geral. Eu concordo que precisamos de critérios técnicos e temos que nos posicionar de modo geral.”

Conselheiro Renato Junio Constâncio: “São 40 m<sup>3</sup> de economia previstos, o impacto estimado, da redução de junho a novembro. E o trecho que vai, representativamente, de 50%, em torno de 20 m<sup>3</sup>/s, é entre Três Marias e Sobradinho. Foi o jeito mais fácil que a ANA achou de operacionalizar isso. O que preocupa é o jeito como as coisas aconteceram. Nós estávamos na Plenária, e até aquele momento eram só irrigantes. Agora imagina o pessoal da Votorantim em Três Marias, que já tem um programa exemplar de reuso, de eficiência na questão de eletrodos, parar de captar um dia. E como irão dar um reestarte à planta. Falaram que vão judicializar. O que preocupa é o seguinte. Logo em seguida a apresentação da ANA, eles apresentaram uma planilha de um valor que estava depositado em conta no Comitê: R\$ 66 milhões em conta de recursos da cobrança. Tentavam dar um valor de R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões na conta do Comitê. Nós achamos um absurdo. Pode acontecer um esforço muito grande por Minas Gerais, que já tem tudo isso de que falamos aqui, e não ter dinheiro para adequar nenhuma captação a jusante. Aí nós vamos passar aperto, contribuir como já vimos contribuindo ao longo dos anos, e não se resolverem as captações. As captações como o Jaíba têm que ter recursos federais. Então é preocupante a questão. Nós precisamos ter atenção, de um esforço muito grande



683 por parte de Minas, para que isso seja discutido.” Conselheiro Amarildo José  
684 Brumano Kalil: “Nós temos que aproveitar esse fato como oportunidade para  
685 discutir, de fato, o problema que nós temos. A verdade é que as condições  
686 climáticas estão mudando, está chovendo menos no rio São Francisco, então nós  
687 temos que mudar toda a estratégica. É para isso que servem a ANA, os Comitês  
688 e o Conselho. Existem técnicas e tecnologias para mudar esse modelo. O modelo  
689 de irrigação não dá mais para ser aspersão, canhão. Há uma série de  
690 tecnologias, e a forma de uso da água tem que mudar na bacia. E nós temos que  
691 buscar soluções tecnológicas.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Nós  
692 precisamos ter uma posição bem fundamentada para isso. Que sejam  
693 socializadas entre os conselheiros todas as informações disponíveis e as que o  
694 IGAM for produzindo ao longo do tempo. Que se crie uma rede de comunicação,  
695 porque esses entendimentos setoriais que nós temos precisam ser  
696 compartilhados, para que o IGAM possa coordenar melhor e termos um  
697 andamento mais fluido no Conselho.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
698 Corujo: “Quem sabe essa oportunidade, que é muito grave, nos traga aquilo que  
699 o Amarildo falou: começar a tratar a questão além dos momentos emergenciais.  
700 Estamos falando não só de infraestrutura de captação, nós não temos que falar  
701 só de novas tecnologias de uso da água. Nós temos que falar, inclusive, de uma  
702 gestão ambiental preventiva. A região Sudeste cada vez vai ter menos chuva. E  
703 nós não podemos ficar contando se tem chuva, tem água e não tem chuva, não  
704 tem água. Aí nós vamos entrar em colapso. Então eu estou fazendo um apelo,  
705 quem sabe, finalmente, neste Conselho, que é de política hídrica. Como o  
706 Estado, diante dessa situação, está escolhendo como projetos prioritários sem  
707 considerar uma avaliação ambiental integrada hídrica? Se é por aí ou se é para  
708 fazer escolhas. Nesse determinado território de recarga ou de água subterrânea,  
709 não há mais como se perder nem mais 0,5 m<sup>3</sup>/s de água. E isso não está sendo  
710 feito. Então, quando eu falei que existem duas realidades, isso é real. Nós temos  
711 as realidades das decisões. A Suppri (Superintendência de Projetos  
712 Prioritários/SEMAD) tem 16 funcionários, e o tempo inteiro aqui eu escuto que só  
713 temos dois hidrogeólogos para cuidar do Estado todo, que só temos três da  
714 fiscalização para olhar a outorga, e sempre está se colocando que não tem  
715 servidores. E eu sou surpreendida com um ofício com 16 servidores para a  
716 Suppri, com 27 empreendimentos, nenhum prioritário para a questão ambiental, e  
717 muitos prioritários para empreendimentos altamente impactantes, em áreas de  
718 recarga, águas subterrâneas. É grave. Que isso sirva para que consigamos  
719 começar a refletir a verdadeira política para enfrentar essa coisa toda. Não pode  
720 ser a população pagando. Como eu vou chegar à população e dizer ‘vamos vestir  
721 essa camisa e economizar água’, se eu sei que estão havendo essas  
722 irresponsabilidades de perdas de água, de consumo, de perdas de aquíferos.  
723 Isso é violentamente injusto, porque as pessoas vão abraçar a causa, mas os  
724 setores econômicos não estão querendo abraçar, verdadeiramente, a causa.”  
725 Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Eu queria falar para a Teca. Eu fico

726 muito triste quando escuto determinada postura, fico até chateada mesmo,  
 727 porque nós fazemos um trabalho, tentamos fazer um trabalho o mais possível  
 728 comum pensando no consenso de um grupo que pensa em sustentabilidade, no  
 729 fator econômico, no fator pessoa e no fator meio ambiente. O tempo todo aqui  
 730 dentro. Então quando eu escuto uma coisa dessa me dá uma maior tristeza  
 731 porque as pessoas não levam em consideração o que a indústria e a mineração  
 732 fizeram. Quando se falou de restrição, todas as mineradoras – a maioria delas, as  
 733 grandes – e indústrias trabalharam em restringir, em diminuir o consumo de água,  
 734 há dois anos, quando começou a ter problema de restrição. Então olhe o que se  
 735 vai fazer, não fique generalizando. Nós estamos trabalhando é em conjunto.  
 736 Então nós temos de parar, Teca, de perder tempo com picuinha, como, por  
 737 exemplo, pedir vista de um processo de uma canalização daqui até ali. Nós  
 738 temos que pegar são os elefantes mesmo, é hora de olhar e trabalhar com isso.  
 739 Não é ficar travando um negócio que não tem nada a ver. Nós estamos aqui é  
 740 para trabalhar juntos, não estamos aqui um lado se defendendo e outro lado  
 741 atacando. Isso não leva ninguém a lugar nenhum.” Conselheiro Odorico Pereira  
 742 de Araújo: “O setor minerário, de 2011 até hoje, está economizando mais de  
 743 80%, está reusando 80% de água. No setor indústria, a Fiat Automóveis hoje não  
 744 faz captação nenhuma de água – a única captação é da Copasa – e recircula  
 745 quase 100%, 99,9% da água. A Itambé, em Sete Lagoas, aproveita 100% da  
 746 água do desnatamento do leite. Isso representa economia de quase 60% de água  
 747 que ela deixa de captar no rio das Velhas. Na Votorantim está em torno de 60% o  
 748 que ela vem fazendo, implantando tecnologia, desde 2010. Então falar que nós  
 749 não fazemos nada, isso nos ofende, não dá para aceitar. Me desculpe, mas não  
 750 dá para aceitar.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu não  
 751 falei, especificamente, de reuso, eu falei de empreendimentos de mineração que  
 752 impactam água. Quem sabe trazemos esse assunto aqui. No Quadrilátero, onde  
 753 tem mineração de ferro, destrói o aquífero. Tem toda essa explicação técnica.  
 754 Não estamos falando do reuso. Se reusa, por que a mineração tem tantas  
 755 outorgas? No dia 7, eu estive em uma audiência pública em Brumadinho, da  
 756 Vale, de continuidade de Jangada e Feijão. O empreendedor afirmou para que a  
 757 comunidade de Casa Branca fique tranquila, em Córrego do Feijão e em  
 758 Jangada, que essa continuidade não vai precisar de mais água. Eu, como  
 759 conselheira, entrei no site para pesquisar nos licenciamentos: tem seis novos  
 760 pedidos de outorga da Vale/MBR para essa continuidade. Eu estava lá, me  
 761 inscrevi e falei: ‘Senhor empreendedor, foi afirmado nessa audiência pública que  
 762 não vai ser necessário mais uso de água nessa continuidade. Qual a justificativa  
 763 de janeiro até agora, 7 de junho, vocês terem entrado com seis pedidos de  
 764 outorga?’ Eu ainda não tive tempo de olhar cada processo, porque é uma pena  
 765 que não está on-line, e tenho que entrar, procurar, anotar. Então se uma hora nós  
 766 pudermos ter uma planilha – quem sabe vocês do Ibram e do Sindixtra fazem –  
 767 do total de outorgas ao longo de um empreendimento tipo Brucutu, quanto vem  
 768 sendo usado de água subterrânea e também superficial. E pôr isso tudo numa

769 planilha. Isso somado à perda do aquífero. Porque, na hora que minera canga,  
770 tira a canga, põe na pilha de estéril e chega à Itabirito Cauê, aquele território não  
771 vai mais produzir a mesma água que produzia antes. Mas isso um longo assunto.  
772 Eu quero deixar claro que não é uma questão de picuinha, eu não tenho tempo  
773 para fazer picuinha. É preocupação, é comprovação, nos territórios, das grandes  
774 perdas de água onde tem mineração. E nós termos sido surpreendidos com uma  
775 resposta do Germano de que a Suppri já tem 27 processos prioritários, não tem  
776 um único voltado ao meio ambiente, e, desses 27, 12 são empreendimentos de  
777 mineração, ou continuidade ou expansão ou vários. A pergunta que eu trouxe  
778 aqui é: está na hora de se fazer uma avaliação ambiental integrada, estratégica,  
779 com todos juntos, para pôr no papel e verificar a questão da realidade hídrica do  
780 nosso território.” **12) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **13)**  
781 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente  
782 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou encerrada a sessão, da  
783 qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

784  
785  
786  
787  
788 **Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**  
789 **Presidente suplente do Plenário do CERH**